

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/03/2015 a 31/03/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Após ações, movimentos barram aprovação do eucalipto transgênico – Site do MST. 06/03/2015.....	3
Sem-terra invadem fábrica da Bunge em Goiás. Murilo Rodrigues Alves – O Estado de São Paulo, Política. 09/03/2015	4
Mulheres e MST protestam em 14 Estados do Brasil. Nicolas Andrade – Folha de São Paulo, Poder. 09/03/2015	5
Ruralistas são 63% dos deputados que serão investigados na Lava Jato – Site do MST. 13/03/2015.....	6
O calendário do MST – O Estado de São Paulo, Opinião. 13/03/2015	7
Queda nos desembolsos de crédito rural para a agricultura empresarial. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 16/03/2015	8
Justiça condena usina por esconder trabalhadoras no mato. Julia Affonso – O Estado de São Paulo, Blogs. 18/03/2015	9
Propriedades familiares dão o tom nos EUA. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 18/03/2015	11
Após crítica de Stedile, Dilma defende ajuste e afirma que crise é passageira. Paula Sperb e Diógenes Campanha – Folha de São Paulo, Poder. 20/03/2015	12
Entidades temem que mudanças em linha de crédito afetem o Agrishow. Marcelo Toledo – Folha de São Paulo, Mercado. 23/03/2015	14
Plano Safra virá em maio e com juro maior. Bruno Peres, Andrea Jubé e Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 24/03/2015	15
Tribunal mantém condenação à Raízen por vincular salário à produção – Valor Econômico, Agronegócios. 24/03/2015	16
Governo vai comprar 795 toneladas de sementes de produtores familiares – Valor Econômico, Agronegócios. 25/03/2015	17
Caminhoneiros ameaçam nova greve em abril. Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Mercado. 26/03/2015.....	17

Após ações, movimentos barram aprovação do eucalipto transgênico – Site do MST. 06/03/2015

Embora seja uma vitória parcial, as organizações conseguiram levar esse debate à sociedade e mostrar seus impactos sociais e ambientais.

Após duas ações sincronizadas com o objetivo de barrar a votação na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que liberaria o cultivo de eucalipto transgênico no Brasil, os movimentos sociais saem com a sensação de vitória.

Enquanto 1.000 mulheres do MST ocupavam a sede da empresa Suzano/Futura Gene, em Itapetininga (SP) – onde está sendo desenvolvido os testes com a nova espécie -, outros 300 camponeses da Via Campesina interromperam a reunião da CTNBio, em Brasília.

As ações, que aconteceram durante a manhã desta quinta-feira (50), fazem parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres do Campo.

Para Atiliana Brunetto, da coordenação nacional do MST, trata-se de uma vitória parcial, já que nos próximos 30 dias a Comissão poderá, a qualquer momento, convocar uma outra reunião extraordinária para retomar o assunto.

“O mais importante é que conseguimos levar esse debate à sociedade. Não fossem essas ações, muito provavelmente o cultivo de eucalipto transgênico teria sido liberado sem que a sociedade nem se desse conta, e todo a população pagaria o preço”, disse a Sem Terra.

Outro ponto levantado pelos movimentos sociais é a responsabilidade e a natureza da CTNBio. Segundo Atiliana, é preocupante a composição da Comissão, composta por diversos cientistas e acadêmicos com interesses ligados aos das empresas que desenvolvem esse tipo de tecnologia.

Os movimentos sociais denunciam que o grupo majoritário na CTNBio acredita que os estudos feitos pelas próprias empresas defendendo os transgênicos são suficientes, mas esquecem que suas decisões têm graves consequências políticas, sociais e ambientais.

Prontidão

Segundo Atiliana, mais ações virão por esses dias com a jornada das mulheres camponesas, com o objetivo de denunciar os males do agronegócio e apresentando uma alternativa a esse modelo agrícola, com base na produção agroecológica.

Em relação à votação dos eucaliptos transgênicos, a Sem Terra diz que os movimentos sociais do campo estão atentos à movimentação da Comissão, e estão de prontidão para quando for necessário agir novamente.

Eucalipto transgênico

Segundo diversos especialistas da área, uma possível liberação do cultivo de eucalipto transgênico poderia causar sérios impactos ambientais e sociais.

Um dos pontos é que grande parte da produção de mel brasileira seria contaminada pelos eucaliptos transgênicos, uma vez que qualquer mel produzido em colméias cujas abelhas visitassem flores de eucaliptos transgênicos também estará contaminado por material transgênico. Assim, os apicultores não conseguiriam mais produzir mel orgânico ou agroecológico.

Outra questão é o alto consumo de água. O eucalipto já é uma espécie que necessita de 30 litros de água por dia, e já provoca seca no norte do Espírito Santo e sul da Bahia. O transgênico consumiria ainda mais água durante os primeiros anos de crescimento, já que a colheita da nova planta para uso industrial seria feita com cinco anos, e não a partir dos sete, como atualmente ocorre.

Ainda por cima o eucalipto transgênico exige enormes quantidades de agrotóxicos. Um destes agrotóxicos mais utilizados nas plantações de eucaliptos é o sulfluramida, fortemente cancerígenos e proibido pela Convenção de Estocolmo, subscrita pelo Brasil e por mais de 152 países.

Sem-terra invadem fábrica da Bunge em Goiás. Murilo Rodrigues Alves – O Estado de São Paulo, Política. 09/03/2015

Segundo a Via Campesina, 800 mulheres estão em unidade da multinacional em protesto contra agronegócio; movimento participa à tarde de evento no Planalto

Luziânia - A Via Campesina ocupou nesta manhã a unidade fabril da multinacional Bunge localizada na BR-040 em Luziânia (GO), entorno de Brasília. Segundo o movimento, 800 mulheres ocuparam o local por volta das 6 horas da manhã para protestar contra "o agronegócio, o capital estrangeiro e o uso intensivo de agrotóxicos e de transgênicos".

De acordo com o capitão Artur Henrique Gomes, da Polícia Militar de Goiás, no entanto, o ato contou com a participação de 300 pessoas, no máximo. Os manifestantes picharam a fachada da unidade com as frases de ordem "Bunge é igual morte", "Agrotóxico é igual câncer", "Reforma Agrária já!". Conforme disse o capitão, essas foram as únicas depredações na fábrica. Os empregados da Bunge foram impedidos de entrar para trabalhar.

Segundo Noeli Taborda, da direção do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Bunge "representa o capital estrangeiro que é contrário à vida de milhares de mulheres". "Esse modelo de negócio dificulta o acesso a terra e envenena o povo brasileiro".

Neste momento, as manifestantes estão se retirando da fábrica. Elas seguem para Brasília, em seis ônibus, para almoçar no Parque da Cidade. Depois do almoço, um grupo menor de camponesas participará no Palácio do Planalto da cerimônia de sanção da lei do feminicídio, que torna crime hediondo o assassinato de mulheres em decorrência de violência doméstica e por questão de gênero.

Noeli afirmou que o grupo não pretende fazer protesto no Palácio do Planalto, mas continua dialogando para que a presidente cumpra os compromissos assumidos com o movimento em fevereiro de 2013, quando participou de evento realizado pelas

camponesas. Elas querem mais crédito, acesso a terra, moradia e educação. O movimento também é contrário às últimas medidas do governo que modificam o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários.

A Bunge informou que chamou as autoridades competentes "visando a evitar confrontos e proteger os colaboradores da empresa e os próprios manifestantes". A equipe da Bunge e os policiais orientam as manifestantes quanto aos riscos existentes nas áreas internas da unidade, que produz óleo de soja. "A empresa está adotando as medidas legais cabíveis para a reintegração de posse e volta às atividades rotineiras". De acordo com a Bunge, ainda não é possível avaliar a extensão dos danos e os impactos econômicos na unidade.

Mulheres e MST protestam em 14 Estados do Brasil. Nicolas Andrade – Folha de São Paulo, Poder. 09/03/2015

Mulheres trabalhadoras fizeram protestos em 14 Estados do país nesta segunda-feira (9), segundo o Movimento Sem Terra (MST). As manifestações, apoiadas pelo movimento, fizeram parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres em função do Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março.

Em Luziânia (GO), 800 camponesas ocuparam a unidade fabril da multinacional alimentícia Bunge durante a manhã. A fábrica foi desocupada antes do meio-dia.

Em seguida, as mulheres seguiram para Brasília, para acompanhar a cerimônia de sanção da Lei do Feminicídio, anunciada pela presidente Dilma Rousseff. Em nota, a empresa afirmou que irá adotar medidas legais e que não é possível avaliar a "extensão dos danos e impactos econômicos".

Na capital, Goiânia, um grupo de trabalhadoras rurais ocupou o prédio da Secretaria de Fazenda do Estado. Elas pediam a aprovação do projeto de lei que prevê o repasse de 0,5% do orçamento para políticas de agricultura familiar, que está parado desde 2013 na Casa Civil de Goiás. Elas foram recebidas por representantes do governo do Estado que afirmaram que o projeto será encaminhado até esta quarta-feira (11) para Assembleia Legislativa de Goiás.

A Casa Civil do Estado de Goiás não respondeu à reportagem da Folha.

No Espírito Santo, um trecho da ES 259, próximo à cidade de Colatina também foi interditado e liberado no início da tarde. Em Cárceres (MT), 300 trabalhadoras marcharam pelas ruas da cidade e em seguida ocuparam uma fazenda no mesmo município.

Houve marchas também em Vitória da Conquista (BA), Picos (PI) e em Quixeramobim (CE).

Na Paraíba, as trabalhadoras ocuparam a sede do INCRA na capital João Pessoa e bloquearam a entrada de uma usina de açúcar em Pedras do Fogo, no litoral. Um acampamento foi montado no local.

MANIFESTAÇÕES CONTINUAM

Outros protestos estão marcados para esta semana, segundo do o MST. Na pauta das reivindicações estão denúncias das condições precárias de trabalho das mulheres no campo, mudanças no modelo do agronegócio brasileiro, maiores repasses à políticas de agricultura familiar, incentivo à agroecologia como alternativa ao capital estrangeiro na agricultura.

Procurado pela Folha, o MST não informou sobre os próximos protestos e não fez um balanço sobre os atos desta segunda.

Ruralistas são 63% dos deputados que serão investigados na Lava Jato – Site do MST. 13/03/2015

Entre os 22 deputados citados na lista, 14 são ruralistas; Maior parte dos defensores do agronegócio mencionados são do PP.

Mais da metade dos deputados da lista da Operação Lava Jato – que investiga denúncias de desvios de recursos da Petrobras - fazem parte da bancada ruralista. Levando-se em conta todos os enumerados no rol da Procuradoria Geral da República (PGR), os defensores dos interesses do agronegócio são cerca de um terço. Os dados foram obtidos por meio de um cruzamento com o levantamento “Radiografia do novo Congresso: Legislatura 2015-2019”, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Dos 12 senadores mencionados pela Procuradoria, um faz parte da bancada: Benedito de Lira (PP – AL). Entre os 22 deputados, 14 são ruralistas. Isso equivale a 63% dos membros da Câmara que serão investigados. Um político sem mandato, Vilson Covatti (PP – RS), também foi citado. Membros da bancada representam cerca de um terço (29%) da lista completa, que tem 54 nomes.

De acordo com o documento, um congressista pode ser considerado ruralista quando, “mesmo não sendo proprietário rural ou atuando na área de agronegócio, assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários e nas comissões, mas em entrevistas à imprensa e em outras manifestações públicas”. De forma geral, tais interesses são a contraposição à reforma agrária, questões ambientais e direitos dos indígenas.

Os outros deputados ruralistas na lista da Lava Jato são Aníbal Gomes, do PMDB do Ceará e Vander Loubet, do PT do Mato Grosso do Sul. De acordo com o levantamento do site Atlas Político – plataforma que agrega dados sobre todos os congressistas brasileiros – dos 16 ruralistas que constam na lista, seis já respondem a processos na Justiça: Gomes, Lira, Sperafico, Balestra, Britto e Loubet.

As acusações variam em cada caso, e incluem, por exemplo, crimes eleitorais, lavagem de dinheiro e irregularidades em licitações. Tal como na listagem geral, a maior parte dos ruralistas citados são filiados ao PP. Além dos dois políticos já citados, os 14 deputados representantes dos interesses dos grandes proprietários de terra membros do partido são: Afonso Hamm (RS), Arthur Lira (AL), Dilceu Sperafico (PR), Jerônimo Goergen (RS), Lázaro Botelho (TO), Luís Carlos Heinze (RS), Luiz Fernando Faria (MG), Nelson Muerer (PR), Renato Molling (RS), Roberto Balestra (GO), Roberto

Britto (BA) e Waldir Maranhão (MA). Goergen e Heinze são, respectivamente, coordenador institucional e ex-presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), espécie de associação formal da bancada ruralista no Congresso Nacional.

Hoje, a bancada do agronegócio é composta por 126 congressistas segundo o Diap. Os partidos com mais representantes do setor são PMDB (25), PP (19) e PSDB (16).

Na agenda do setor, estão questões importantes a partir de 2015: a PEC 215, que passa ao Legislativo o poder demarcar terras indígenas (dificultando o processo); o projeto de decreto legislativo 2351/06, que contém normas de saúde e segurança do trabalhador rural e a regulamentação da emenda constitucional 81/13, a qual permite a expropriação de terras nas quais for encontrado trabalho escravo.

A lista

Na última sexta-feira (6), o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki, relator dos processos relativos à operação Lava Jato, que investiga um suposto esquema de corrupção na Petrobras, autorizou que políticos de seis partidos – PP, PMDB, PT, PSDB, PTB e Solidariedade – passassem a ser investigados. O magistrado também suspendeu o caráter sigiloso dos pedidos de abertura de inquérito.

Entre os investigados, estão o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB – AL) e da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB – RJ). A lista indica os políticos que teriam se beneficiado do desvio de recursos da empresa estatal vindos de empreiteiras

O calendário do MST – O Estado de São Paulo, Opinião. 13/03/2015

Como organização ilegal que é, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sempre fez das ações criminosas a principal ferramenta para manifestar sua pauta de reivindicações. Mas agora, desfrutando como nunca da cumplicidade do governo petista, chega a anunciar com antecedência a agenda das invasões de prédios públicos, fechamento de estradas e avenidas e ocupação de terras e empresas privadas.

Tal nível de organização e de transparência dispensa até mesmo o trabalho dos serviços de inteligência do governo, cuja função é antecipar-se a ameaças ao Estado Democrático de Direito, pois esses serviços se tornaram desnecessários diante da espantosa sem-cerimônia do MST.

Antigamente, quando eram movimentos considerados danosos ao Estado, o MST e seus comparsas tinham de atuar sem aviso prévio, usando o fator surpresa para pegar as forças de segurança desprevenidas. Mas hoje esses grupos têm status de associados do governo petista - ainda que eventualmente possam ser críticos da administração -, e isso explica a tranquilidade com que o MST torna público o seu "calendário de lutas".

Como se pode ler no site do movimento, o tal calendário previa, para o mês de março, a "Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas", que se estendeu do dia 4 ao dia 9. Depois, começou a "Jornada Unitária do Campo", entre os dias 10 e 13.

As exigências do MST vão desde a já conhecida "reforma agrária popular" - que sempre foi o pretexto para uma revolução com o objetivo de solapar a ordem econômica e social do Brasil - até o fim do machismo, que o movimento atribui, ora vejam, ao "capitalismo neoliberal".

Nas tais "jornadas", como noticia o MST com riqueza de detalhes, os sem-terra ocuparam fazendas, obras públicas, agências bancárias e empresas privadas, além de prédios do Ministério da Agricultura e da Companhia Nacional de Abastecimento. Segundo o movimento, a baderna se estendeu por 22 Estados, com o fechamento de avenidas e rodovias na maioria deles. Um dos bloqueios resultou em tragédia: na BR-101, perto de Aracaju, uma carreta bateu nos carros que estavam parados, matando dois adultos e uma criança.

"Marchas, ocupações de terra e prédios públicos e trancamento de rodovias foram algumas das ações utilizadas pelos trabalhadores rurais para denunciarem o modelo do agronegócio no campo brasileiro e apresentarem a agroecologia como alternativa ao capital estrangeiro na agricultura", descreveu o MST em sua página na internet. Não se tem conhecimento de que o governo tenha tomado alguma providência para dar um basta a essa desinibida exibição de truculência.

O MST atua, portanto, com a certeza da impunidade. Mas não é apenas isso. O MST é hoje uma espécie de milícia lulopetista. Não surpreende que, em meio a toda a balbúrdia protagonizada pelo movimento País afora, seu principal líder, João Pedro Stédile, tenha sido recebido pelo ex-presidente Lula em reunião que incluiu o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto. Do que conversaram, pouco se sabe. Mas não é preciso muita perspicácia para supor que boa coisa não foi - ainda mais considerando-se que Lula considera o MST um "exército" pronto para defender seu legado.

E esse exército, que está fazendo estragos em vários Estados, será acionado nesta sexta-feira para fazer o que dele se espera, isto é, promover uma mobilização que crie um clima de confronto que intimide aqueles que pretendem, no domingo, manifestar-se contra a presidente Dilma Rousseff.

Enquanto isso, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que não reservou uma única palavra de censura ou de preocupação em relação às ações violentas do MST, achou por bem pedir que aqueles que farão protestos contra o governo evitem "ações de ódio" e se manifestem "dentro da lei, dentro da ordem". Segundo Cardozo, esses atos serão considerados legítimos somente se forem pacíficos e demonstrarem "respeito às regras democráticas".

Queda nos desembolsos de crédito rural para a agricultura empresarial. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 16/03/2015

SÃO PAULO - Os desembolsos de crédito rural para a agricultura empresarial em custeio, investimento e comercialização somaram R\$ 94,1 bilhões entre julho de 2014 e janeiro, conforme informações recém-divulgadas pelo Ministério da Agricultura.

O montante, que equivale a 60,3% do total programado para esta safra 2014/15 — que começou em julho do ano passado e vai até junho próximo —, representa uma queda de 3,4% em relação ao total registrado nos sete primeiros meses do ciclo 2013/14 (julho de 2013 a janeiro do ano passado). Segundo o ministério, a queda reflete sobretudo uma redução dos financiamentos a agroindústrias.

“A partir de fevereiro e março, as contratações em operações de custeio de produtos da safra de inverno, com destaque para o trigo, o milho segunda safra, e empréstimos de comercialização para os grãos que se encontram em fase de colheita serão intensificados. Também deverão ter uma demanda forte os financiamentos para investimentos”, afirma, em comunicado, Wilson Vaz de Araújo, diretor do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola do ministério.

Para custeio e comercialização, já foram aplicados nos primeiros sete meses da temporada atual, no total, R\$ 67,3 bilhões, ou 60% do total programado (R\$ 111,9 bilhões). Já as contratações no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) chegaram a R\$ 7,8 bilhões no caso do custeio e a R\$ 3 bilhões dos investimentos. O ministério lembra que, ao todo, o Pronamp conta com R\$ 16,1 bilhões em 2014/15.

“Entre os programas na modalidade investimentos, os financiamentos destinados ao Programa de Sustentação do Investimento (PSI-BK) contabilizaram R\$ 8,5 bilhões para a aquisição de máquinas agrícolas. Desde janeiro deste ano, a aquisição de tratores, implementos associados e colheitadeiras passou a ser financiada basicamente pelo programa Moderfrota, reativado neste Plano Safra. Estão programados R\$ 3,7 bilhões para esse programa e foram contratados, até agora, R\$ 136,7 milhões”, informou o ministério.

Os desembolsos no âmbito do Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), por sua vez, alcançaram R\$ 2,2 bilhões. Nesta frente, somam-se também R\$ 366 milhões aplicados no âmbito do PSI – Cerealistas. Sempre de acordo com o ministério, as liberações do Programa ABC, de fomento à agricultura de baixo carbono, chegaram a R\$ 2,2 bilhões entre julho de 2014 e janeiro passado, de um total de R\$ 4,5 bilhões disponibilizado até junho.

“Para o Moderagro e o Moderinfra foram disponibilizados R\$ 500 milhões para cada um e investidos R\$ 152,7 milhões e R\$ 190 milhões respectivamente. O Prodecoop (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária) e o Procap - Agro têm recursos disponíveis de R\$ 2,1 bilhões e R\$ 3 bilhões, dos quais já foram aplicados R\$ 539 milhões e R\$ 1,2 bilhão, respectivamente”, informou o ministério.

Justiça condena usina por esconder trabalhadoras no mato. Julia Affonso – O Estado de São Paulo, Blogs. 18/03/2015

Um grupo de 29 mulheres ficou cinco horas em canavial, sem água potável, refeição e banheiros para fugir de fiscalização do Ministério do Trabalho

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a Usina São Paulo Energia e Etanol a indenizar em R\$ 6,8 mil, por dano moral, uma empregada que foi mantida dentro da mata para escapar de uma fiscalização do Ministério do Trabalho. Segundo a Justiça, a mulher ficou dentro de um canavial no interior de Goiás com outras 28 pessoas, durante 5 horas, sem água potável, refeição e sanitário.

Na ação, a mulher conta que prestou serviços na usina, no município de Porteirão (GO), de maio a outubro de 2012. A empresa reconheceu, no processo, que, quando ocorreu a fiscalização do Ministério do Trabalho, em junho de 2012, os empregados eram transportados em veículo impróprio e não tinham instalações sanitárias adequadas. No entanto, a usina alegou que, ao tomar conhecimento das irregularidades, paralisou suas atividades até a situação ser normalizada.

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) havia absolvido a empresa da indenização por dano moral. O TRT18 de Goiás, embora reconhecendo que os trabalhadores “foram deixados no campo, próximos à mata, meio escondidos para fugirem da fiscalização”, entendeu que “não houve dor moral indenizável”.

O TRT18 de Goiás considerou que a prova testemunhal “não foi suficiente para demonstrar que essa situação tenha trazido um sofrimento insuportável ou uma dor moral contundente capaz de ensejar uma indenização”.

Para a Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho, a culpa da empresa se caracteriza pela própria situação gerada e dispensa comprovação, razão pela qual não se poderia atribuir à empregada o ônus de comprovar o dano. Para o ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, relator do processo no TST, “é inegável o ato ilícito”.

“Esconder os empregados no mato para burlar a fiscalização, seja de que natureza for, é um ato, por si mesmo e pela intenção nele manifestada, que não deixa dúvida quanto à lesão sofrida”, concluiu o ministro relator.

COM A PALAVRA, A USINA.

A Usina São Paulo Energia e Etanol S/A esclarece que a decisão proferida pela oitava Turma do Colendo TST em julgamento do Processo RR-3033.40.2012.5.18.0102 se baseou em interpretação de uma situação processual, não nos fatos efetivamente ocorridos.

Tanto isso é verdade que a mesma situação foi discutida no âmbito do próprio TST, no Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n. AIRR-3045-57.2012.5.18.0101, interposto por outra ex-empregada da Usina São Paulo S/A, que buscava reverter a decisão proferida pelo e. TRT da 18ª Região, que indeferiu a postulação de indenização por danos morais, com base nos mesmos fatos discutidos naquele processo (RR-3033.40.2012.5.18.0102), e o douto relator, o MINISTRO WALMIR OLIVEIRA DA COSTA, da 1ª Turma do c. TST, negou seguimento ao referido Agravo de Instrumento, por entender não se evidenciar a ocorrência de dano moral à ex-empregada.

Na decisão que indeferiu a postulação de indenização por danos morais, o TRT ressaltou que “a alegação [da reclamante] de que a reclamada dispensou-lhe tratamento aviltante e ofensivo à sua dignidade no dia em que passou por fiscalização do MTE não se sustenta, posto que no particular, além de a prova restar dividida, a melhor prova é a

da reclamada, razão pela qual impõe-se decidir contra quem tinha o ônus da prova, no caso, a reclamante” e, ao analisar os pressupostos de admissibilidade do Recurso de Revista, a Presidência do TRT apontou que “A Turma Julgadora, atenta às regras de distribuição do ônus da prova e com apoio no conjunto fático-probatório dos autos, indeferiu o pedido de reparação por danos morais, consignando que não restou configurado ato ilícito ofensivo ao patrimônio imaterial da Reclamante. Neste contexto, não há que se falar em ofensa direta e literal aos preceitos constitucionais indigitados.”

No TST, o Ministro Relator entendeu que “Na hipótese vertente constata-se que, na minuta do agravo de instrumento, a parte agravante não consegue desconstituir os fundamentos da decisão denegatória do recurso de revista, que encontra seu fundamento de validade no art. 896, § 1º, da CLT, na medida em que não caracterizadas as hipóteses previstas no art. 896, § 6º, da CLT.”

Portanto, a matéria em discussão comportou interpretações diversas no âmbito do Colendo TST, onde, em dois processos distintos, uma Turma deu razão à ex-empregada e outra deu razão à empresa.

Apesar de respeitar a decisão oriunda da 8ª Turma da Colenda Corte Superior, a empresa com ela não concorda e está avaliando a viabilidade de interposição de novo recurso.

Propriedades familiares dão o tom nos EUA. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 18/03/2015

A área de estatísticas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Nass, na sigla em inglês) informou que 97% das 2,1 milhões de propriedades rurais identificadas no último censo sobre agricultura e pecuária no país são familiares. Os dados, divulgados ontem, são de 2012.

Do total de propriedades, 88% são de pequeno porte, conforme o Nass, que também apontou que 58% delas têm algum sistema de venda direta aos consumidores. O Nass considera que uma propriedade agrícola familiar de pequeno porte tem receita bruta de menos de US\$ 350 mil anuais; as médias têm entre US\$ 350 mil e US\$ 999,999 mil, e as grandes tem receita superior a US\$ 1 milhão.

O censo americano define que uma propriedade familiar é aquela que tem o negócio principal tocado pelo proprietário ou por indivíduos relacionados ao dono por meio de laços sanguíneos, casamento ou adoção.

O levantamento mostra, ainda, que 64% do comércio de vegetais e hortaliças dos Estados Unidos e 66% das vendas de laticínios vêm de 3% das fazendas, consideradas grandes ou muito grandes.

"Não importa se é grande ou pequena - na Costa Leste, Costa Oeste, ou no Meio-Oeste - , o fato é que a agricultura familiar produz alimentos para todo o país e para o mundo", destacou o diretor de divisão de estatísticas da Nass, Hubert Hamer, em comunicado. "O que descobrimos é que as empresas familiares estão no cerne da agroindústria dos EUA".

Após crítica de Stedile, Dilma defende ajuste e afirma que crise é passageira. Paula Sperb e Diógenes Campanha – Folha de São Paulo, Poder. 20/03/2015

A presidente Dilma Rousseff disse nesta sexta-feira (20) que ninguém precisa concordar com tudo o que o governo faz, mas voltou a defender a aprovação das medidas de ajuste fiscal tomadas pelo governo.

Ao participar da abertura da colheita de arroz ecológico em um assentamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), em Eldorado do Sul (região metropolitana de Porto Alegre), ela ouviu de João Pedro Stedile, da direção nacional do movimento, críticas ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e às políticas agrária e econômica do governo.

O líder sem-terra discursou por 19 minutos antes da presidente e cobrou "humildade" de seu ministério.

"Nenhum ministro aqui deve se sentir superior ao povo. Porque nós elegemos a presidenta e apenas damos um mandato para ela escolher os ministros. Então, os ministros da senhora têm que ser mais humildes, como disseram na televisão. Ser mais humilde não é para ir pro Céu. É para ouvir o povo", disse Stedile.

"Se o orçamento tem problemas, por que é que o seu Levy não vem discutir conosco? Porque temos propostas. Não basta querer acertar o Orçamento da União apenas cortando o gasto social."

Em entrevista após o evento, Dilma disse que não poderia aceitar todas as críticas.

"O que o Stedile faz é sugestões. Ele tem a concepção dele e eu tenho a minha. A concepção do movimento é uma, de um governo é outra. O governo olha para o país e vê vários setores, não vê só a agricultura familiar. Olhamos o país e vemos também o agronegócio, vemos todas as reivindicações. Acho absolutamente democrático a crítica dele. Agora, entre a crítica ser democrática e a gente aceitar a crítica tem uma pequena distância", declarou Dilma.

Em seu discurso, de 33 minutos, a petista também defendeu medidas que o líder sem-terra criticara pouco antes. Ele havia dito, por exemplo, que os mais ricos é que deveriam arcar com as consequências do ajuste, não os trabalhadores.

'DIFICULDADE PASSAGEIRA'

A presidente afirmou que o governo absorveu sozinho os impactos da crise internacional "durante seis sistemáticos anos", de 2009 a 2014. "Agora nós não temos como continuar absorvendo tudo. Não estamos pedindo para ninguém assumir toda a responsabilidade. Não estamos acabando [com políticas sociais], estamos ajustando um pouco.", disse.

Ao afirmar que o ajuste será momentâneo e cobrar união em prol das medidas do governo, Dilma também voltou a criticar setores da oposição que, em suas palavras, apostam contra o país.

"Esse momento de dificuldade é passageiro e conjuntural. Tem gente no Brasil que aposta no quanto pior, melhor. São os chamados pescadores de águas turvas. O que

querem não me interessa. O fato é que apostam contra o Brasil, Você não pode apostar contra o seu país", afirmou.

"Nós juntos, aprovando o ajuste, saímos disso no curto prazo. Ajustar é da vida, todo mundo faz isso. Não estamos ajustando porque gostamos de ajustar. Estamos ajustando porque o país tem que continuar crescendo, gerando emprego e fazendo políticas sociais. O ajuste não acaba com a agroindustrialização, não acaba com o Minha Casa, Minha Vida Rural", disse Dilma.

Stedile havia afirmado que os cortes do governo afetaram os programas de habitação popular e que novos contratos não são assinados há seis meses.

Dilma exaltou o diálogo de seu governo com os movimentos sociais e mencionou a cobrança do sem-terra por "humildade".

"Dialogar é necessariamente uma posição de humildade, mas não é de humildade pra ir pro Céu, não. Tem toda razão. Não que a gente seja contra ir pro Céu. Mas é para fazer o seguinte: é quando 'ocê' dialoga, tem de olhar para a pessoa com a qual está dialogando e considerá-la como igual a você. Nem melhor nem pior que você", concluiu Dilma, repetindo o que já havia dito em evento nesta quinta (19), em Goiânia.

REFORMA MINISTERIAL

Após o evento, a presidente Dilma conversou com jornalistas, mas se recusou a falar sobre mudanças em seu ministério. "Não vou falar sobre isso hoje", disse ao ser questionada se iria anunciar algum nome. Dilma também afirmou que os cortes do orçamento da União serão "significativos" e não "serão pequenos", mas não deu maiores detalhes.

'PLANO DIABÓLICO'

Apesar das críticas a aspectos da política do governo, o líder sem-terra defendeu Dilma dos pedidos de impeachment feitos em manifestações por todo o país no último domingo. Afirmou que os protestos foram convocados pela Rede Globo ("o verdadeiro partido ideológico que dirige a direita desse país", em suas palavras) e insuflados por setores da classe média que estariam tramando um "golpe contra os programas sociais".

"A Globo passou o dia inteiro do domingo fazendo campanha pelo golpe. E por que eles querem o golpe? Pra derrubar a Dilma, que é quase uma santa e passou a vida inteira trabalhando pros outros? Vocês acham que a Dilma cometeu algum erro, algum crime? Eles querem dar um golpe nos programas sociais. A classe média não aceita assinar carteira da sua empregada. A classe média não aceita que os negros andem de avião. A classe média não aceita que agora o povo tem um pouquinho mais de direitos do que antes", discursou.

Stedile afirmou que as centrais sindicais, que defenderam o governo Dilma em manifestações no último dia 13, farão novo protesto no próximo dia 7 de abril. E convocou a própria presidente a sair às ruas.

"Companheira Dilma, não se assuste. Deixe o Rossetto [Miguel Rossetto, ministro da Secretaria-Geral da Presidência, responsável pelo diálogo com os movimentos sociais]

cuidando do Palácio e venha para as ruas, porque é aqui nas ruas que vamos derrotar a direita e o seu plano diabólico", disse.

Entidades temem que mudanças em linha de crédito afetem o Agrishow. Marcelo Toledo – Folha de São Paulo, Mercado. 23/03/2015

A possibilidade de o setor de máquinas agrícolas perder linhas de crédito devido a ajustes na economia que estão sendo feitos pelo governo federal ameaça os negócios da 22ª edição da Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação), que acontecerá no próximo mês em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo). O câmbio para a compra de insumos também preocupa.

Principal evento do mercado de feiras do país, a Agrishow vive incertezas sobre eventuais cortes no Moderfrota (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras).

Esse foi o tom dos discursos de entidades como Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) e Abag (Associação Brasileira do Agronegócio) na solenidade de apresentação da feira agrícola, no início da tarde desta segunda-feira (23). Nenhuma medida específica de cortes foi anunciada pelo governo federal.

"Temos a necessidade da manutenção de recursos financeiros para financiar o homem do campo, para que ele possa continuar a investir e modernizar seu parque fabril. Sem isso, não haverá o ganho de produtividade que tem havido nos últimos anos", disse Carlos Pastoriza, presidente da Abimaq.

A entidade é a principal organizadora da Agrishow, que prevê negócios de ao menos R\$ 2,7 bilhões entre os dias 27 de abril e 1º de maio. A feira terá 800 expositores e são esperados 160 mil visitantes brasileiros e de outros 70 países.

Segundo Pastoriza, a preocupação do setor é que o programa de financiamento sofra modificações antes do término do ano-safra, o que impactaria diretamente os negócios da feira agrícola.

"Sempre que se anunciam os planos, se dão as condições de volume financeiro, taxas de juros, carência e amortização. O governo agora, por necessidade de ajustes fiscais, começou a ouvir a possibilidade de, faltando três meses para acabar o ano-safra, reduzir o volume e aumentar a taxa de juros. Isso seria um tiro no pé do próprio país."

De acordo com ele, se houver mudanças que reduzam o volume e elevem a taxa de juros, elas afetarão diretamente os investimentos, atingindo a produtividade das lavouras, as exportações e a oferta de alimentos a preços baixos.

Pedidos no sentido de serem mantidos os parâmetros atuais foram feitos pela Abimaq e pela Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) aos ministérios da Fazenda e da Agricultura e à própria presidente Dilma Rousseff.

"Em julho [após o ano-safra], podemos conversar. [Agora] Tem de privilegiar cortes de despesas de custeio do governo, e não linhas de financiamento público", disse. Procurado, o Ministério da Fazenda ainda não se manifestou.

Para o vice-presidente da Abag, Francisco Maturro, outra preocupação do setor é que, para a próxima safra, os insumos agrícolas serão comprados com o dólar num patamar elevado.

"A safra de agora é a dos sonhos. Foi plantada com o dólar entre R\$ 2,10 e R\$ 2,20 e está sendo comercializada acima de R\$ 3. Porém na Agrishow são decididas as compras para a próxima safra de verão, que será feita com câmbio mais alto. No total, 78% dos fertilizantes do país são importados", disse.

Devido a essas duas situações, Maturro disse esperar pela "sensibilização" do governo.

BAIXA

A feira agrícola em Ribeirão terá neste ano a redução da presença do setor de caminhões. Segundo José Danghesi, diretor da Agrishow, isso acontecerá porque em 2015 haverá uma feira específica do setor em São Paulo e devido a mudanças nas condições de financiamento para caminhões.

Os outros setores –entre eles agricultura de precisão, agricultura familiar, implementos agrícolas, máquinas (agrícolas e de construção) e pecuária– não foram afetados, segundo ele, e o desempenho da feira dependerá das condições de financiamento e da economia do país.

Plano Safra virá em maio e com juro maior. Bruno Peres, Andrea Jubé e Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 24/03/2015

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, afirmou ontem desconhecer queixas do mercado de que estariam faltando recursos para o chamado pré-custeio da safra 2015/16 e afirmou que a presidente Dilma Rousseff lançará o novo Plano Agrícola e Pecuário em maio. "Está estabelecido e garantido que recursos de custeio não irão faltar para produtores", disse a ministra em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, após reunião de coordenação política com a presidente.

"Ajuste em termo de juros é normal devido a um aumento geral dos juros no país", completou a ministra. Ao Valor PRO, serviço de informação em tempo real do Valor, a Kátia Abreu afirmou que os produtores já foram informados da necessidade de uma "adequação" ao Plano Safra, mas que o governo não vai apressá-lo. Segundo ela, os planos ficariam sobrepostos caso o governo antecipasse o anúncio, provocando inclusive uma corrida aos bancos em busca de financiamentos. "Vai ser mais cedo que no ano passado. Estamos trabalhando detalhadamente todas as questões, de juros, custeios e investimentos".

Com recursos de R\$ 156,1 bilhões, o Plano Safra 2014/15 teve uma taxa de juros média 1 ponto percentual acima da ofertada no ciclo anterior, ficando em 6,5% ao ano - considerando todas as linhas contempladas pelo plano. "Os juros com certeza serão mais altos [para 2015/16]. Os produtores já estão esperando e sabem que essa adequação é necessária por conta da subida da taxa básica de juros da economia. Estamos confiantes de que mesmo modificações e ajustes não inviabilizarão a agricultura brasileira", disse.

"Todos nós conhecemos a força do agronegócio nacional e a equipe econômica jamais permitiria que fosse prejudicado. A agricultura é um setor que responde rápido às questões da economia", completou.

A queda das cotações da commodities agrícolas e o menor volume exportado de açúcar no ano passado já se refletiram no crescimento desse setor no país em 2014. Levantamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, apontou que o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro cresceu 1,6% em 2014, na comparação com o ano anterior, para R\$ 1,178 trilhão.

"Esse resultado, embora modesto se comparado ao crescimento registrado em 2013 (5,22%), é expressivo diante da prévia do PIB nacional apontada pelo Banco Central, retração de 0,15%", afirmou a CNA, em nota. O desempenho foi puxado pela pecuária, que avançou 6,92%, enquanto a agricultura recuou 0,74%. Do total das riquezas geradas pelo agronegócio em 2014, R\$ 800,57 bilhões (68%) vieram da agricultura e os R\$ 378,3 bilhões restantes (32%), da pecuária.

O levantamento analisa o desempenho de ramos como o de insumos, primário, indústria e distribuição de agricultura e pecuária. Desses, apenas o industrial recuou (0,32%) ante 2013. A indústria do açúcar registrou o pior resultado dentre as atividades acompanhadas (queda de 7,22%), devido ao avanço nas exportações tailandesas e à maior competição do volume de cana destinado à produção de etanol. Depois, veio a indústria de óleos vegetais, com baixa de 6,98% em relação a 2013.

Tribunal mantém condenação à Raízen por vincular salário à produção – Valor Econômico, Agronegócios. 24/03/2015

SÃO PAULO - O Ministério Público do Trabalho (MPT) informou que a 4ª turma de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho de Campinas manteve decisão da 1ª Vara do Trabalho de Araçatuba (SP), condenando em segunda instância a Raízen Energia a não vincular o salário de cortadores à quantidade de cana-de-açúcar colhida por eles, prática conhecida como "salário por produção". A ação foi movida pelo Ministério Público do Trabalho.

A decisão, válida para as unidades Benálcool e Destivale, ambas em São Paulo, determina que a companhia deixe de pagar aos empregados o salário calculado por tonelada cortada, tendo que adotar o sistema de pagamento salarial por tempo de trabalho. Além disso, foram também mantidas as obrigações de monitorar a exposição dos trabalhadores ao calor e de conceder pausas mediante risco de estresse térmico (considerando-as como tempo de serviço). O recurso impetrado pela Raízen S.A, que questiona a decisão de primeira instância, foi julgado parcialmente procedente no que se relaciona à indenização por danos morais coletivos: o valor a ser pago pela empresa foi reduzido de R\$ 400 mil para R\$ 200 mil (com reversão a entidades sociais de atendimento a trabalhadores na jurisdição da 1ª Vara do Trabalho de Araçatuba, a serem indicadas pelo MPT ou pela própria justiça).

Em nota, a Raízen destacou que a colheita de cana-de-açúcar nas unidades Benálcool e Destivale é 100% mecanizada e que a empresa possui funcionários que trabalham na

abertura de área de corte para a entrada da máquina no canavial que não implica em remuneração por produção. “Esses funcionários recebem salário fixo. Apesar disso, a remuneração por produtividade faz parte do acordo selado entre sindicato e empresa”, afirmou a Raízen em nota.

Governo vai comprar 795 toneladas de sementes de produtores familiares – Valor Econômico, Agronegócios. 25/03/2015

SÃO PAULO - Termina amanhã o prazo para que agricultores familiares interessados em vender sementes inscrevam-se no 3º edital de Chamada Pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), responsável pela execução do programa, serão compradas 795 toneladas de sementes de feijão, milho e sorgo.

Para participar é preciso enviar à superintendência regional da Companhia em Sergipe um envelope com os seguintes documentos: proposta de participação conforme modelo pré-determinado, prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), cópia da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica, entre outros listados no edital.

A abertura das propostas está prevista para a próxima sexta-feira. As sementes adquiridas pela Conab deverão ser entregues até o dia 10 de abril no município sergipano de Nossa Senhora da Glória.

Caminhoneiros ameaçam nova greve em abril. Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Mercado. 26/03/2015

Caminhoneiros autônomos anunciaram que vão entrar em greve em 23 de abril se, até lá, o governo não criar uma tabela com valores mínimos para pagamento de frete.

A posição dos líderes da categoria foi tirada após um encontro na tarde desta quinta-feira (26) em Brasília na sede da ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre) em que representantes dos motoristas, de empresas e do governo debatiam sobre as propostas apresentadas pelos caminhoneiros e aceitas pelo governo para parar com a greve do setor no mês passado.

A reunião foi tensa. Prevista para durar duas horas, teve o dobro do tempo. O senador Blairo Maggi (PR-MT) foi vaiado em duas ocasiões após pedir a palavra para falar contra o tabelamento proposto pela categoria. Blairo foi dono da Amaggi, empresa do setor do agronegócio, que contrata os caminhoneiros para fazer o frete.

Os caminhoneiros queriam que a reunião desta tarde já definisse a tabela mínima, que foi elaborada por um grupo de trabalho criado após a greve e que reunia representantes do governo, dos caminhoneiros e dos empresários. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rosseto, defendia que a tabela fosse apenas uma referência. Os caminhoneiros se recusaram a referendar a tabela de referência e ameaçaram então começar uma greve ainda nesta semana.

A alegação do governo para não criar a tabela mínima é que seria necessário garantir fundamento jurídico para evitar que os embarcadores derrubem a decisão na Justiça. Para fazer isso, os caminhoneiros deram um prazo ao governo até o dia 22 de abril para o governo se posicionar.

Os representantes também conseguiram do governo a garantia da renegociação das dívidas pela compra dos caminhões. Rosseto se comprometeu a colocar numa Medida Provisória um texto permitindo que autônomos e microempresa passem o valor que estão devendo de prestações de contratos de financiamento feitos com recursos do BNDES para o fim dos contratos, evitando que os bancos tomem os caminhões.

BOLHA

O ministro dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues, afirmou que o governo ainda não decidiu se vai fazer uma tabela referencial ou mínima. Segundo ele, é necessário avaliar a constitucionalidade dessa atitude.

"Tem pareceres dizendo que pode [a tabela mínima] e que não pode. Vamos analisar", afirmou Rodrigues.

Carlos Alberto Littdammer, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Ijuí (RS), disse que a tabela mínima foi calculada para dar dignidade para os caminhoneiros. Segundo ele, a solução não foi dada hoje apenas para o governo produzir os argumentos jurídicos para que a tabela possa ter validade.

"Se a tabela não for impositiva, no dia 23, tem data para o Brasil parar", afirmou Littdammer. "Inconstitucional é a fome".

Representantes de empresas que acompanharam o debate disseram à Folha que o governo terá pouca margem para não dar a tabela nesse momento. Para esses observadores, os diferentes grupos de caminhoneiros agora estão organizados e todos apoiam esse pleito.

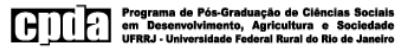
Janir Bottega, que representava os caminhoneiros autônomos de Santa Catarina e participou do grupo que elaborou a tabela de frete, disse que os valores apresentados pelo grupo são os mínimos para garantir dignidade para a categoria, já que os fretes pagos hoje estão entre 20% e 30% abaixo do que pode ser considerado o mínimo. Ele lembrou que o problema piorou após a política do governo de incentivar a compra de caminhões novos, o que criou uma superoferta.

"Hoje há uma bolha e essa bolha achatou o preço do frete. Por isso estamos procurando essa regulamentação", afirmou Bottega.

Coordenador
Sergio Leite



Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Secretária
Diva de Faria